

Entre o lugar e o além-lugar: o jogo de espelhos, paisagens, geografias

Between the place and the beyond-place:
the game of mirrors, landscapes, geographies

*Cláudia Luísa Zeferino PIRES*¹

RESUMO

A paisagem como conceito e campo metodológico é preocupação nas atividades de pesquisa e ensino de Geografia. Sua trajetória nos instiga a refletir sobre diferentes leituras do espaço onde a paisagem, como um texto, estrutura-se em sistema de signos na qual são transmitidos, reproduzidos, experimentados e explorados que se movimentam em um jogo de olhares como espelhos, múltiplos e dinâmicos que podem ser interpretados numa perspectiva dialógica. Nossa intenção é refletir metodologicamente sobre enunciados que podem indicar estratégias para compreender a paisagem na perspectiva de quem observa, no sentido de provocar a dialogicidade com o mundo vivido e, ao mesmo tempo, compreender dinâmicas espaciais a partir da relação entre o sujeito, o lugar e o além-lugar e seus espaços de interligação.

Palavras-chave: paisagem, percepção, lugar, além-lugar, práticas espaciais.

ABSTRACT

The landscape as a concept and methodological field is concern in the research activities and geography teaching. His trajectory entices us to reflect about different readings of the space where the landscape, such as text, structure in system of signs in which they are transmitted, reproduced, experienced and explored that moves in a game of the looks, like mirrors, multiple and dynamic which can be interpreted in a dialogic perspective. Our intention is to think methodologically on statements that can indicate strategies to understand the landscape from the perspective of the beholder, to cause dialogicity with the lived world and at the same time, understand spatial dynamics from the relationship between the subject, the place and beyond the place and its interconnection spaces.

Keywords: landscape, perception, place in-loco, spatial practices.

* * *

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, RS, Brasil. claudia.pires@ufrgs.br

Introdução

Quando se propõem a uma análise e discussão sobre paisagem, inicialmente, percebe-se o quanto sua interpretação nos joga para uma janela da existência de quem vive a paisagem e que cada olhar se lança para estranhamentos e possíveis representações que passam a ser percebidas. Contudo, sem perceber que entramos num jogo de espelhos embaçados por múltiplos olhares, refletimos nossas próprias experiências e visão de mundo. Como olhar para a paisagem e seus reflexos? Que conteúdos elas nos refletem? Qual a sua significação? Paisagem é tema de muitos estudos e análises conceituais na Geografia e compreendida, na maior parte, como porção do espaço com determinada extensão abarcada pelo campo da visão do observador. Nos campos de análise geográfica, duas variáveis marcam sua compreensão: espaço e tempo. Como seu registro depende da percepção do observador, contudo, suas definições, também, podem ser determinadas pela oralidade, pela escrita, pelo desenho ou pintura, tornando sua representação polissêmica e identificada por múltiplas linguagens.

Percebe-se, nessa perspectiva, algumas discussões com base nos pressupostos que perpassam pela rede conceitual de paisagem. Observa-se que alguns referenciais chamam a atenção no tratamento dessa relação complexa, exemplo: natureza e paisagem, muito relacionadas, pois remetem à noção de cenário, compartilhando de mesmos significados. Às vezes, paisagem significa cenário e vice-versa; às vezes, natureza (em seu domínio semântico) é sinônimo de paisagem, que por sua vez significa cenário. Quando fala-se de paisagem, esta, automaticamente, significa cenário de um conjunto de elementos naturais, distanciando-se de dimensões sociais e culturais. Constata-se, também, que a paisagem agrega um valor urbano importante na atualidade, tendo em vista sua importância visual (econômica) para preservação de espaços qualificados como "naturais". Verifica-se que planejadores e empreendedores imobiliários, baseados nessa concepção, fazem uso da paisagem como característica única para implantar loteamentos urbanos - conferida a partir de um valor subjetivo - que tem por objetivo

reproduzir o capital imobiliário. A abordagem espacial a partir da paisagem tornou-se o centro de significações porque reúne fenômenos que podem ser percebidos como estruturantes na sua existência material e simbólica. Certamente, o tempo marca na construção da paisagem um universo de imagens que se revelam e misturam passado, presente e possibilidades de futuro. Através de imagens e identidades, a paisagem ganha uma existência aos que compartilham dela (para quem mora nela ou simplesmente a observa). Neste processo, verifica-se que a paisagem apresenta uma morfologia: formas (conjunto de elementos que constroem um padrão espacial); condições relacionais (papeis socialmente construídos que auxiliam na sua identificação); e processo (dinâmica da paisagem).

Contudo, esta morfologia depende do seu observador e seus interesses estão intimamente ligados ao olhar e à subjetividade deste. Segundo Simon Schama (1996), a natureza não se designa a si mesma como tal, são os humanos o que o fazem. Daí vem a articulação necessária entre percepção/cultura e vivência/experiência. Funcionamento, forma, utilidade (econômica ou simbólica), são elementos que podem conferir um conhecimento da paisagem. Entretanto, a relação entre seus infinitos elementos pode estabelecer sua identificação e subjetivações complexa cujos limites serão ambíguos e estarão em movimento contínuo.

Outro exemplo: a paisagem também é tomada na representação organizacional dos planejamentos dos espaços e representa uma condição utópica de cidade, onde os projetos urbanísticos tendem a estabilizar e controlar os processos urbanos/rurais que devem ser mobilizados e conter as formas espaciais advindas destes processos. Contudo, as redes sociais que se estabelecem tomam as “rédeas” desses mecanismos de regulação do espaço e são estas contradições que devem ser melhores compreendidas. Por isso, o foco de análise passa a ser o processo de construção da paisagem a partir de sua apropriação pelos sujeitos.

Por isso, a compreensão que os sujeitos possuem em relação ao seu espaço torna-se condição necessária para entender a totalidade de seu

movimento construído cotidianamente. Compreender a dinâmica espacial na sua condição material, ou seja, através de suas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais que lhe dão forma, não se sustentam sob apenas o olhar. A abordagem cultural na Geografia abre possibilidades ao campo de pesquisa em diferentes aspectos, sendo que um deles foi focado a partir da leitura de diferentes narrativas para compreensão de relações complexas que constroem paisagens e os diferentes parâmetros que os sujeitos estabelecem para narrá-las a partir do seu centro de relações.

Os diferentes significados da paisagem, referenciados pelos sujeitos que a vivem e participam dos projetos identitários podem ser desvelados a partir de uma perspectiva hermenêutica. Considerando as expressões dos sujeitos, ou seja, o mundo vivido a partir da sua linguagem, será construído o significado da paisagem numa relação de alteridade e de aproximação a fim de compreender sua dinâmica espacial dentro de seus complexos saberes (filosóficos, éticos, simbólicos, críticos, políticos, estéticos, emocionais, culturais, cognitivos, entre outros).

Os jogos de olhares como espelhos, tratando-os como múltiplos e dinâmicos movimentos na paisagem, podem ser interpretados numa perspectiva dialógica. Esse caminho, no entanto, não nega os saberes acumulados historicamente da Geografia. Edgar Morin (2003), ao retomar necessidade de uma consciência científica, apresenta à sociedade a necessidade de cada um de nós (sujeitos e coletividades) posicionarmos no mundo, olhando em direção aos outros e a nós mesmos. Esse olhar pode ser visto através de um movimento espiral em relação aos centros-sujeitos, onde os pontos de partida e de chegada são aleatórios, imprevisíveis e incompletos.

Paisagem, paisagens

Dentro do paradigma cartesiano-newtoniano, onde o conhecimento era tratado de forma reducionista e simplista, as leis gerais universalizavam conceitos e, assim, a paisagem foi concebida segundo a observação da realidade, comportando estruturas/formas e funcionalidade. Para Aliata e

Silvestri (1994), a trajetória do conceito de paisagem perpassa, inicialmente, por duas fases: a primeira denomina-se pré-renascentista (caracterizada nas pinturas da antiguidade como cenário para a figura humana) e a segunda compreende o período da Idade Média, onde a paisagem *perde intimidade com o corpo*, mas não se aproxima de sua totalidade. Este período destaca-se pelo contexto das ideias religiosas que direcionavam a visão do artista a uma ideia de paisagem enquanto cenário da natureza e menos antropocêntrico. É neste período que se desenvolve uma correlação entre paisagem e a arte dos jardins onde sua representação simbólica expressa o “Jardim do Éden”, lugar do qual o homem foi expulso.

No pensamento humanista, há uma analogia entre o jardim e o paraíso bíblico, pois há a evocação de uma relação perdida pela expulsão do Éden, que representava a ideia de um lugar perfeito. No final deste período, quando a vida urbana tornou-se mais intensa e a contradição campo-cidade acentuou-se a idealização bucólica e pastoril, a paisagem foi revivida a partir do mito de uma humanidade em harmonia com a natureza. Sendo assim, o jardim representava uma outra possibilidade espacial: não era um espaço agrário convencional, cuja lógica de organização se submete às decisões que se tomam dentro da cidade, mas sim uma alternativa frente às consequências da vida urbana.

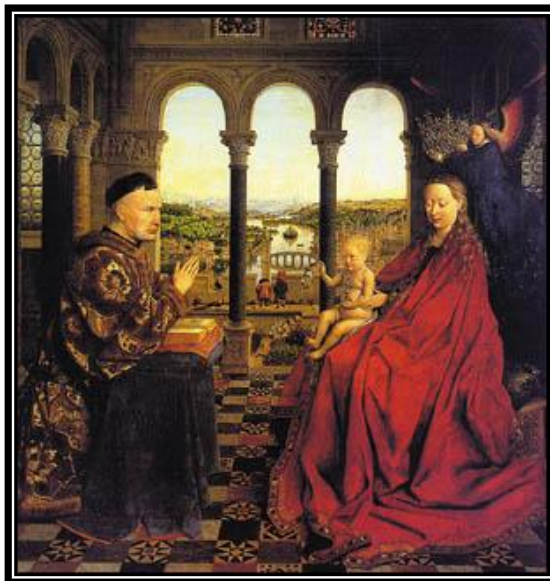
Segundo Aliata e Silvestri (1994), o jardim representava a pátria perdida, ao mesmo tempo, no entanto, que se caracterizava por ser fechado, planejado, destoante do mundo externo. Já no final desse período, o jardim medieval passou a ser planejado para o prazer e não somente para fins contemplativos. Os jardins representariam o sonho materializado na tela do pintor, tornando-se instrumento de ordenação urbana. Assim, a paisagem passava pela percepção estética de refúgio, onde é possível se afastar dos “perigos do mundo”.

A harmonia se faz a partir da pintura da paisagem que continha elementos do período medieval, jardins onde apareciam flores com o desígnio de dar prazer aos sentidos da visão e do olfato, frutos para o paladar e a

música misturada aos elementos sonoros da natureza. Estes elementos eram representados numa superfície plana e, no seu conjunto, a pintura expressava uma harmonia visual que se estendia para as relações da vida em sociedade, inspirada por um sonho de paraíso terrestre. Além dos muros, podiam-se observar montanhas e florestas. A paisagem, na pintura, significava a representação simbólica de um lugar idealizado através de elementos da natureza como prados, arroios, colinas, e de elementos arquitetônicos que não possuíam identidade com o local ou com a realidade presente. Os discursos encontrados nas pinturas revelam a essência de uma natureza domesticada, submissa à estética humana. A paisagem da Europa expressava a natureza enquanto cenário e o homem como seu espectador. A visão do artista era focada nas ideias religiosas e a natureza era o plano de fundo. Neste contexto, uma série de técnicas foram desenvolvidas para representar e construir a paisagem segundo o próprio olhar do artista. A pintura difunde a ordem e a ideologia através das imagens inscritas numa tela.

Para Aliata e Silvestri (1994), a paisagem passou a representar uma forma mais concreta e experimentalista (articulação entre técnica/ciência/arte). A proposta era inventariar, descortinar o cenário observado. O conhecimento advinha da observação – pela via empírica e experimental. Na pintura, o mundo era expresso para além dos limites do quadro, como uma janela. A arte era orientada a buscar o saber através do experimento. Nesse sentido, o olho era o instrumento da arte e da ciência, ambos guiados pelo objeto real que sem o mesmo não pode ser apreendido. Não havia uma vontade explícita de mascarar significados (emblemas, alegorias, símbolos) e uma acentuada sensação de que o mundo representado se estendia por fora dos limites de um quadro, como se o enquadramento viesse posteriormente. Essa relação pode ser percebida na figura 1, onde o significado dessa concepção não é abstrair a natureza, mas sim representá-la para além da janela no enquadramento do olhar.

Figura 1: Jan Van Eyck. *A Virgem do Chanceler Rolin* (1433-34).



Fonte: www.ibiblio.org/wm/paint/auth/eyck, acessado em outubro de 2008.

A partir do século XVI, a paisagem ganha sentido à Geografia por meio do conceito de *landschaft* que traz para si um conjunto de elementos observados e sua relação com o espaço vivido. Besse (2006) destaca que a paisagem, antes de adquirir uma dimensão estética ligada à arte da pintura a partir do século XVI, estava associada à palavra *landschap* (*Landschaft, paese*), cuja significação é caracterizada pelo sentido territorial e jurídico-político, e a sua representação ligada à província, à pátria ou à região. Nesta perspectiva, a palavra paisagem ganha um sentido mais amplo, além da pintura, representando um sentido mais concreto e objetivo. Conforme o autor,

A *Landschaft* (*landschap, paese*) se define pelo seu *sitium*, ou seja, ao mesmo tempo por uma posição e por uma vizinhança características. Por esta definição, Albinus redescobre Ptolomeu, que designa como objeto do geógrafo a análise da *thesis* (posição) e da *phisis* (natureza) dos lugares, mas também os historiadores gregos e latinos, bem como os autores que celebram as cidades, pois tanto uns quantos outros, estruturam suas descrições dos territórios em diferentes escalas em função destes dois itens. A *landschaft* é de início um lugar que se define por vizinhanças, humanas ou naturais, que se pode designar como objetivas, e que podem assim ser cartografadas. (BESSE, 2006, p. 21)

A difusão do conceito de paisagem a partir do século XVI, através da cartografia e da pintura, traz à tona uma perspectiva mais aberta, ou seja, passa a introduzir um padrão espacial ligado a visão e o imaginário promovendo à ciência geográfica um discurso legítimo: a descrição da Terra. Para Besse (2006), a Terra, no mapa e na pintura da paisagem representada, torna-se um objeto para um sujeito que a observa e, assim, capta a momentaneidade do tempo e do espaço. Essa relação se afirma a partir da paisagem. Conforme o autor, a paisagem representa a ordem da imagem, seja mental, verbal, inscrita numa tela ou realizada sobre um território (*in visu ou in situ*). Na pintura pré-renascentista, a paisagem representava o cenário ou o plano de fundo para as atividades humanas; na pintura cristã, a visão do artista centrava-se nas ideias religiosas e a natureza era centralizadora dos cenários. A pintura difundia a ordem e a ideologia através das imagens inscritas numa tela. Os avanços técnicos contribuíram para a medição e a descrição do território e, juntamente com o reconhecimento de novas terras em viagens e expedições geográficas, vincularam a cartografia com a visão topográfica, incorporando-as em pinturas. A figura 2 representa exemplo dessa relação.

Esta concepção leva a uma espacialização da paisagem, considerando seus elementos pré-estabelecidos e estáticos. O mapa passou a representar esta ordem: o tempo espacializado passou a ser uma dimensão estática e quantitativa, refutando as subjetividades. A paisagem é o mundo que se faz visível e passa, através da cartografia, a reivindicar uma representação estética. O mapa não se constitui apenas pelo seu conteúdo, mas, acima de tudo, pela percepção e pelo conhecimento que se estruturam na relação sujeito/objeto.

A partir da segunda metade do século XVII, natureza passa a ser representada a partir de um sentimento estético e, assim, arte e ciência se aproximam para estabelecer uma contemplação da realidade. Em nível teórico, principalmente, para a Geografia, a paisagem estava associada ao seu horizonte “totalizador”, sendo representada num mapa ou numa pintura. A

ordem estética estava apoiada em uma nova construção cultural, baseada na articulação entre técnica, ciência e arte.

Figura 2: Carta da Província de Perúgia (Itália, 1592-1596).



Fonte: MALAFARINA, Gianfranco. La Galerie des Cartes Géographiques du Vatican. Editore Franco Cosimo Panini, Vaticano, 2006: 35

O espaço é contemplado através de caminhos, percursos, elementos da natureza e da atividade humana. É pelo olhar do artista que a natureza se revela. O mundo é um horizonte aberto e é nesta perspectiva que a paisagem, em sua totalidade, representa a morada dos que a habitam. Sua essência estética amplia a nova visibilidade da Terra. Através da representação visual do espaço, a paisagem passa a ser uma nova experiência geográfica do mundo. Não se trata apenas de ver ou pensar o espaço, mas é preciso “andar”. Conforme Besse,

[...] a representação da paisagem ‘encarna’ graficamente o novo pensamento e a nova experiência da Terra como solo universal da existência humana, que têm lugar na geografia do século XVI na esteira das grandes navegações e da descoberta de novos mundos. Em outros termos, aquilo que a ‘paisagem do mundo’, sobre o plano da figuração sensível,[...] é um novo conceito, o da Terra como ecúmeno ampliado, como espaço universalmente habitável e aberto em todas as direções. (BESSE, 2006, p. 40)

A arte do pintor precede o planejamento das cidades e suas ideologias legitimam toda uma estética que muitas vezes não se coaduna com as paisagens já construídas. Segundo Besse (2006), a paisagem, nesta perspectiva, nasce pela intencionalidade do olhar lançado sobre determinado lugar, destacando os elementos significativos que devem compor a cena, a imagem ou quadro. É pelo olhar do artista que a natureza revela-se harmonicamente numa imagem. Nas evocações pitorescas eurocêtricas tudo se passa como se a natureza fosse percebida em sítios que representasse a verdade apreendida pelo olhar. A natureza torna-se visível na paisagem, como imagem, onde um sujeito pacificado reencontra a natureza, também pacificada. A visão romantizada da natureza nas telas dos pintores expressa a dualidade (natureza e cultura) na modernidade. Dessa relação, a ideia de natureza como paisagem fica aprisionada pelo olhar de maneira indissociável.

No período de consolidação das “objetividades científicas”, século XIX, a organização do mundo passa a ser construída pela racionalidade científica, onde a ideia de natureza ordenada representava a hierarquia funcional de suas partes. Essa ideia é difundida pela cultura ocidental e as bases estéticas e perceptivas da paisagem são envolvidas por uma evocação mecanicista. Conforme Gomes,

A ciência racionalista confere a primazia fundamental do método lógico racional. Através dele se acredita atingir a objetividade na relação com a realidade e, ao mesmo tempo, se crê assim garantir as condições mais justas e mais corretas do julgamento científico. O método é, assim, considerado como o único meio de oferecer todas as garantias lógicas da relação entre pensamento e realidade. [...] Assim, o racionalismo privilegia a forma, pois a maneira de apresentar um problema e de justificá-lo constitui a base de sua aceitação. (GOMES, 2000, p.31)

O caminho da racionalidade, base do pensamento moderno, muda o conceito de natureza, pois passa a ser analisada enquanto máquina que se opera e se manipula desde que sejam conhecidas as regras de seu funcionamento, enquanto a paisagem idealizada passa a ser concreta. O conhecimento cartesiano, dividido em partes, ordenado segundo uma hierarquia, estabelece uma nova ruptura epistemológica: a natureza passa a

ser um sistema de leis matemáticas estabelecidas por um Deus racional. (GOMES, 2000, p. 71). O conteúdo, a funcionalidade e a estrutura da natureza são aprisionadas por suas formas. A base teórica é separar, organizar e hierarquizar a natureza.

A Alemanha, neste período, impulsionada por ideias do romantismo, buscou resgatar a unidade perdida. O romantismo expressava o sentido estético como manifestação da sensibilidade artística cujas formas de apreensão da natureza passaram a ser aceitas e admitir que esta é dinâmica e mutante. A *naturphilosophie* visava à contemplação desta ideia onde a natureza foi levada à descoberta de harmonias tendo uma visão holística, integradora, não reconhecendo divisões. A paisagem era tida como totalidade, compreendida por uma análise mais global. Destacaram-se, nesta época, os trabalhos de Alexander Von Humboldt cujas ideias conciliavam ciência e estética na visão totalizadora, surgindo à ciência da paisagem – *landschaftsfunde*. Humboldt trouxe para o centro da Geografia o conceito de fisionomia. Segundo Humboldt apud Besse,

Do mesmo modo que se reconhece nos indivíduos isolados uma fisionomia distinta, e que a botânica e a zoologia descritivas, tomadas na sua acepção mais estrita, se dedicam a separar em grupos animais e as plantas segundo a analogia de suas formas, também, existe uma fisionomia natural que pertence exclusivamente a cada uma das regiões da Terra. (HUMBOLDT, 1868 *apud* BESSE, 2006, p.72)

Em Humboldt, conforme Besse (2006), o estudo das variáveis climáticas e morfológicas da paisagem tinha como objetivo último a demonstração que essa ordem natural existe e que somente a ciência pode, com grande esforço, descobrir como esse aparente caos se reconstitui em uma somatória de axiomas, leis e estruturas morfológicas que prova sua íntima harmonia. A partir destas ideias, fala-se em “natureza suíça” ou “céu da Itália”, ou seja, a paisagem, em termos de fisionomia, passa ter uma ontologia própria, uma espécie de “espírito do lugar”.

Com isso, a Geografia centraliza as discussões sobre paisagem através dos conceitos de natureza (fundamentada pela ciência moderna e pelo

pensamento científico positivista) e de estética (fundamentada pela sensibilidade artística). Impulsionada pelas ideias do romantismo, a paisagem passa a ser vista em sua totalidade, cuja análise centrava-se numa visão mais holística e globalizada. A estética da natureza era analisada, principalmente, pela escola alemã e suas concepções radicavam na filosofia iluminista e romântica, sendo que a natureza não era mais uma realidade primeira, uma vez que sofria a ação continuada de diversos fatores que contribuía para a sua alteração profunda, e interviam num processo, pelo menos parcial, de extinção de muitas das suas espécies e ritmos de funcionamento. A estética da *paisagem* pretendia, ao mesmo tempo, reservar especificidades da natureza e a dimensão concreta da experiência. A leitura, porém, parte do princípio da generalização, onde os elementos geográficos passam a serem analisados em escalas geográficas pequenas, representando de forma sintética as relações geográficas. Essa concepção consolidou estudos regionais no século XX, caracterizados pela leitura da forma e função da realidade geográfica.

Metodologicamente, se constituiu uma maneira de guiar o olhar do geógrafo na compreensão das paisagens. Primeiramente, o olhar deve distinguir diferentes elementos singulares, naturais e humanos que compõem a paisagem. Num segundo momento, este olhar converge para uma visão sintética do conjunto desta paisagem. Nesta correlação, a paisagem está aprisionada pelo olhar do sujeito e o campo da visão predomina enquanto saber em relação a outros campos de forças que atuam no espaço e que não pode ser apreendido somente pelo olhar. Contudo, a paisagem não se restringe aos elementos geográficos visíveis, conferindo suas delimitações ao plano da realidade. Compreende-se que identidades/subjetividades tomam formas que se configuram em padrões espaciais. As condições relacionais – entre natureza e sociedade – auxiliam na construção da paisagem em processo – dinâmica da paisagem. A paisagem depende do seu observador e seus interesses estão ligados ao olhar e às imagens, que são subjetivas.

No pensamento brasileiro, Milton Santos (1999) contribui epistemologicamente para algumas questões da paisagem. A partir de Hägerstrand, segundo o qual “a ação é uma ação na paisagem, sendo a paisagem que dá forma a ação” (SANTOS, 1999: 75), Milton Santos discorda da posição do autor sueco, afirmando que onde este escreve paisagem teria escrito espaço. Para Milton Santos, paisagem e espaço não são sinônimos, sendo que a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.

[...] A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala de paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente. [...] A paisagem é transtemporal, juntando objetos do passado e do presente, uma construção transversal. O espaço é sempre presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de forma-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 1999: p.83)

Milton Santos nos oferece como exemplo desta distinção entre espaço geográfico e paisagem a bomba de nêutrons, um projeto do Pentágono Americano abortado por Kennedy durante a Guerra Fria. A bomba de nêutrons seria capaz de aniquilar toda a vida humana em uma dada área, mas manteria as construções. Se esta bomba fosse utilizada, teríamos antes o espaço e, após a explosão, somente a paisagem. Nas palavras de Milton Santos, a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. (SANTOS, 1999).

Paisagem nada tem de fixo e sim de imóvel. Considerada um ponto determinado do tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. Ela é resultado de uma acumulação de tempos, sendo que para cada porção do espaço, essa acumulação é diferente:

os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. Nesse sentido, a paisagem compreende dois elementos:

1. objetos naturais ou “coisas”, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele.
2. objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente.

O questionamento que deriva é: a paisagem é imutável? É unicamente um sistema material? Essas dúvidas surgem, pois entende-se que a paisagem é uma apropriação concreta e também simbólica do espaço, incorporando à sua construção o mundo vivido que deriva de uma série de percepções, valores, imagens, atitudes, interpretações, formas de expressão fundamentadas em bases perceptivas do espaço.

Na compreensão dessa dinâmica, o caminho a ser construído é com base numa perspectiva interpretativa. Sob a concepção de hermenêutica, compreendendo a paisagem numa relação complexa, a hermenêutica nos leva a um dos pontos de reflexão iniciais que são as indagações acerca da compreensão de espaço e paisagem. Para tanto, na perspectiva da percepção Merleu-Ponty nos traz

Que no espaço ele mesmo e sem a presença de um sujeito psicofísico não há nenhuma direção, nenhum dentro, nenhum fora. Um espaço está encerrado entre os lados de um cubo assim como estamos encerrados entre as paredes de nosso quarto. Para poder pensar o cubo, tomamos posição no espaço, ora em sua superfície, ora nele, ora fora dele, e desde então nós o vemos em perspectiva. O cubo com seis faces iguais é, não apenas invisível, mas ainda impensável; ele é o cubo tal como seria para si mesmo, já que ele é um objeto. (MERLEU-PONTY, 1992, p. 275)

Assim, interrogar a paisagem significa retomar discursos e conceitos em relação ao espaço. Nesse sentido, estudos de paisagem podem ser considerado um exemplo, pois pode ficar aprisionado na singularidade de seus detalhes, ou simplesmente ser validado pelo olhar, pelo ponto de vista, pela imagem de um horizonte ou, ainda, apresentar-se como uma relação topológica a partir de imagens de satélites e/ou mapas. Não se pode negar a estrutura que a paisagem apresenta, pois ela vai refletir as descontinuidades

qualitativas e quantitativas atravessadas por redes socioculturais que compõem o espaço e que se relaciona diretamente com o conceito de fisionomia. Contudo, deve-se provocar o sentido que ela representa.

Paisagens são vivenciadas pelas pessoas que têm nela a construção de seu cotidiano. O sujeito que observa – um estranho ao lugar – insere-se por um determinado tempo e partilha desse cotidiano, bem como partilha suas experiências. A paisagem não pode ser concebida apenas pelo universo teórico e existencial do observador, pois corre-se o risco de construir estereótipos. A paisagem é revelada a partir de uma vivência comum. Disso resulta a necessidade de compreender o significado da paisagem além da percepção visual dos objetos que se encontram nela.

Para Merleu-Ponty (1992), o espaço não é o meio (real ou lógico) onde se dispõem as coisas, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Nesta relação, é essencial a presença do homem como sujeito que percebe este mundo que implica o estar próximo e se relacionar com os objetos e o(s) outro(s) sujeitos. Como diz STRAUS (1935) *apud* BESSE (2006, p. 79), “o espaço do mundo da sensação está para aquele do mundo da percepção como a paisagem está para o espaço da geografia”.

Paisagem: uma hermenêutica do espaço

A partir da concepção fenomenológica de Husserl, passa a existir um novo caminho metodológico, em especial, para as ciências humanas. Na concepção de Husserl, o fenômeno é compreendido através daquilo que ele denomina de *noese* (sobre o que se vivencia) e *noema* (sobre aquilo que é vivenciado). O fenômeno — ou o que aparece — está relacionado a uma consciência, a um determinado ponto de vista. Esta perspectiva passa a ser um contra-ponto para a influência do pensamento positivista na ciência geográfica, cujo paradigma está assentado em verdades únicas e universais. Conforme Husserl, (1989, p.138) "a coisa espacial se reduz a uma unidade intencional que por princípio não pode ser dada senão como uma unidade que liga essas múltiplas maneiras de aparecer". Este princípio de unidade

intencional é chamado de *noemática* que se relaciona com a *noese*, parte do sujeito que observa um determinado fenômeno e refere-se às vivências e aos sentidos da percepção. Esta perspectiva conceitual muda muito os caminhos epistemológicos da ciência e influencia, em especial, Merleau-Ponty.

Segundo Severino (1992), a fenomenologia, tendo como intuito de chegar às coisas mesmas, descreve os fenômenos tais quais eles são experienciados pela consciência e como sujeito e objeto se inter-relacionam neste processo. O conhecimento do mundo, mesmo em termos científicos, acontece a partir da própria experiência do sujeito. Todo o saber científico deriva do mundo vivido, ou seja, dos pensamentos, das percepções e das vivências que estão presentes no ambiente. Por isso, Merleau-Ponty (1992) afirma que tudo aquilo que se sabe do mundo, mesmo por ciência, sabe-se a partir da própria visão ou de uma experiência do mundo, sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. O universo científico é construído sobre o mundo vivido e, se quiser pensar a própria ciência com rigor, bem como apreciar seu sentido e seu alcance, é necessário despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. Nesta premissa, torna-se importante interpretar o mundo em que vivemos, desafiando as premissas do método positivista que impõem o reducionismo como síntese da análise e separa os sujeitos e seus objetos de pesquisa.

No caminho reflexivo, há a hermenêutica. Esta deriva do deus Hermes, da mitologia grega, mensageiro divino que tinha como tarefa traduzir a vontade dos deuses para a língua dos homens. A hermenêutica não é uma verdade de uma fala ou de um texto; ao contrário, estes necessitam ser expostos à interpretação e a um processo de configuração de um sentido possível, com pretensão de verdade própria. Conforme Flickinger,

Seu intuito é o de descobrir o processo mesmo de instauração de sentido, nascido na teia de nosso relacionamento com o mundo. Processo este, cujos caminhos embora sendo ordem também racional, não se reduzem aos critérios da racionalidade lógica. A experiência hermenêutica abarca algo que se encontra além do articulado explicitamente nas determinações conceituais da teoria, sem, entretanto, renunciar à pretensão de validade enquanto saber. (FLICKINGER, 2000, p. 29)

Não se afirma que a fenomenologia hermenêutica provém soluções epistemológicas nas análises geográficas indicando estratégias de pesquisa, mas que, através deste caminho, oferece-se um campo mais aberto ao diálogo na compreensão da paisagem. Por isso, não se trata apenas de uma interpretação simbólica, visto que compreender é compreender-se e interpretar é interpretar-se. Isto significa restabelecer a estrutura interna do chamado *texto* e a sua projeção como *mundo outro* que habitamos enquanto nosso. Deste modo, entramos na noção de *mundo texto*, que caracterizará a hermenêutica de Paul Ricoeur (1994). O *texto* é o meio de comunicação na e pela distanciação e será reapropriado na leitura deste espaço, constituindo-se no processo de interpretação. O texto não possui início e fim, podendo ser qualquer discurso, tornando-o diferente para aqueles que o lêem. A leitura da paisagem se dará no e pelo espaço onde o sujeito pode compreender-se perante o mundo, pois este se traduz por “discursos” que têm a pretensão intencional de criar um mundo em direta relação com a realidade, o mundo vivido. É importante destacar que o *mundo texto* é diferente do mundo real e entra em conflito direto com este. Conforme Almeida,

O primeiro desdobramento da tarefa hermenêutica consiste na elaboração de um projeto adequado à coisa que se quer compreender, o que implica uma abertura projetada para o desconhecido, embora este já esteja pré-configurado. O projeto inicial ainda não é a compreensão da *coisa mesma*, mas já contém os juízos prévios que se tem sobre ela; juízos estes que precisam ser esclarecidos e convalidados no diálogo, através de mediações e testes. (ALMEIDA, 2000, p. 62)

Na abordagem hermenêutica, há várias perspectivas para apreender os fenômenos, pois há sempre várias possibilidades para interpretar um *texto*, pois este não é fechado em si próprio, ele carrega consigo múltiplos significados. Para a percepção da paisagem, é importante revelar o caráter construtivo da leitura ou de um olhar sobre o espaço e como este se assenta no processo hermenêutico e está articulado com o princípio da complexidade: o todo influencia as partes e estas o todo. Cada sujeito possui sua história e vivencia o mundo de forma diferente. Amparado por sua história e trocando

experiências com outras pessoas, estas se tornam os outros para este sujeito, sendo que estes outros tornam-se imprescindíveis na compreensão da sua relação com a paisagem. Para Merleu-Ponty,

O problema é compreender essas relações singulares que se tecem entre as partes da paisagem ou entre a paisagem e mim enquanto sujeito encarnado, e pelas quais um objeto percebido pode concentrar em si toda uma cena, ou tornar-se o âmago de todo um segmento de vida. O sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. (MERLEU-PONTY, 1992, p. 84)

A percepção da paisagem não começa no vazio, ou seja, já pertence a uma interpretação específica. Isso significa que quem interpreta insere seus conhecimentos na compreensão das relações, pois neste processo estão presentes suas vivências e suas perspectivas de mundo, herdadas de tradições socioculturais e históricas que contribuem para a leitura do texto. Ou seja, quem interpreta já possui uma prévia estrutura que condiciona qualquer compreensão possível. Na leitura de Carvalho (2009), há uma preocupação de Merleu-Ponty de se afastar de uma visão cognitiva dos processos perceptivos, devendo realizar uma visão mais articuladora de “estar no mundo enquanto um habitar”, mediado pela corporeidade. Carvalho (2009, p.9) complementa “[...] o corpo surge como o “solo existencial da cultura”, onde se articula sujeito e objeto, conhecimento e autoconhecimento, subjetividade e alteridade. É a síntese desta “encarnação” da cultura que constitui os seres humanos historicamente situados e o lócus privilegiado de articulação da dualidade sujeito e objeto e seus sucedâneos”.

Para Merleu-Ponty (2000), o corpo faz parte de uma construção universal, em que qualquer desenrolar perceptivo está previamente circunscrito. Cada experiência particular implica em uma atualização parcial do repertório de atitudes perceptivo-motoras, pelas quais o corpo se dirige ao mundo. Para o autor, a experiência imediata do corpo é fenomenal, isto é, não é como um fragmento de matéria inerte, mas como agente ativo na produção da experiência. A relação do corpo com o mundo instaura uma história, ou ainda, uma pré-história, no sentido de estabelecer a discriminação de dados

sobre os quais se desenrolam os dramas pessoais. Por isso, o corpo é *corpo habitual* e não vive somente o presente, ele retém o passado e, assim, se insere no ambiente.

Contudo, há o campo de possibilidades, cujas atitudes indicam que o corpo não é somente habitual, mas também, *virtual*. Para Ferraz (2007), o corpo virtual antevê novas linhas de experiência, sendo possível lançar-se em situações abstratas e atuar de maneira independente das exigências cotidianas. Isso significa que o corpo, enquanto hábito, integra-se com as situações concretas e reitera modos de enfrentá-las. Como atitude virtual, volta-se para um ambiente que ele mesmo constroi. A capacidade de integração dos dois corpos (habitual e virtual) pode tornar-se um instrumento importante no processo de transformação e significação do espaço, uma vez que, uma paisagem integrada a um ambiente emotivo propício à sua construção, ainda que forjada artificialmente, poderá constituir novos padrões de conduta que levaria a uma nova relação com o espaço. A corporeidade envolve o passado, o presente e as possibilidades futuras, que, manifestas pela experiência, se manifesta ao mundo.

Nos estudos geográficos, Buttimer (1985) aponta para alguns caminhos nessa perspectiva. Conforme a autora, três aspectos são fundamentais para seguir as orientações com base nestes estudos da percepção: a ideia de corpo-sujeito (relação entre o corpo-humano e seu mundo); a intersubjetividade (diálogo entre a pessoa e meio ambiente, conforme sua herança sociocultural) e os ritmos têmporo-espaciais (compreensão da dinâmica da experiência do mundo vivido).

Desse modo, a compreensão do mundo, pelo viés da hermenêutica, buscada através da compreensão do *texto*, que é feita, como colocado por Gadamer (2000), sobre a base de expectativas de sentido que extraímos de nossa própria relação precedente com o assunto. Na compreensão de Rego (2003), sobre a interpretação de Gadamer, qualquer texto e um conjunto de símbolos são simultaneamente o ponto de chegada de uma história anterior e um ponto de partida de uma história a ser inventada. Assim, o texto, para a

Geografia, é o mundo visto sob a perspectiva da contínua construção do espaço geográfico. O círculo hermenêutico é um retorno reflexivo e contínuo ao projeto prévio de compreensão, o que significa dizer que a paisagem, na condição material e simbólica, revela-se no e pelo olhar que projeta a experiência imediata dos sujeitos que a objetivam.

Trazendo para contexto desta discussão, a obra do artista René Magritte, surrealista do século XX, é um exemplo de interpretação da paisagem a partir da hermenêutica. O autor representa justaposição de paisagens e objetos e trata de questões objetivas e subjetivas do olhar, retratando o real e a representação. Na pintura (figura 3), a natureza está enquadrada pela janela e pelo olhar de quem observa. A paisagem depende de quem a observa.

Figura 3: La Clef des Champs – René Magritte.



Fonte: <http://onesurrealistaday.com/post/382744920/key-to-the-fields>, acessado em maio de 2013.

Neste enquadramento de olhares, objetividade e subjetividade encontram-se. A objetividade é evidenciada a partir de um conjunto de significados culturais e simbólicos apreendidos coletivamente. A subjetividade está representada pela particularidade do olhar em relação à natureza, observando critérios simbólicos e cognitivos individuais, pois é a forma como o sujeito relaciona-se com o mundo e com outras intersubjetividades. Paisagem e natureza não representam somente uma porção do espaço objetivo, mas também o que elas representam para quem observa. O contexto é, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo.

Magritte confunde nossa percepção, pois o real parece confundido com a janela, pois a imagem revela-se quando o espelho é quebrado. Ao se partir a janela, pedaços do que seria a realidade também se partem. Cada sociedade constrói os significados simbólicos de suas janelas, de seus olhares ou de suas vitrines. A paisagem fala para quem quer escutá-la e, os que a escutam, verbalizam, indicando a forma como percebem o mundo. Por um lado, ela é dimensionada por um olhar e, pelo outro, ela condiciona este olhar.

Essa relação introduz um interessante debate para o campo da Geografia na medida em que discute a interpretação e os julgamentos científicos, podendo ser exemplificados através das figuras 4 e 5. Em uma fotografia de 1951, de autoria de Ernst Haas (figura 4), um homem tem uma paisagem diante dos olhos que é recortada em espelhos. Há lugares e movimentos diversos de pessoas que estão atrás desse homem. Quando ele se vira, as imagens fragmentadas e refletidas no espelho tornam-se real, pois ele enxerga todo aquele movimento e multidão.

Figura 4: Fotografia – Ernst Haas, 1951.

Fonte: SANTOS, Carolina. *A Ordem Secreta das Coisas*, 2006.

René Magritte, em uma tela de 1928 (figura 5), representa um homem com uma paisagem diante dele. Diante a sua observação abre-se uma “balão” com as seguintes palavras: *je ne vois rien autour du paysage* (eu não vejo nada em torno da paisagem). Simplesmente, nada é visto em torno da paisagem, o que significa compreender que nós, espectadores, também não são vistos. Não o enxergamos e ele não nos vê; ele não sabe, que além da sua própria solidão, além da sua fala do que não é visto, além disso, existimos nós, assim como existe, também, a vontade do espectador de saber o que não é visto pelo homem. Na interpretação de Carolina Santos (2006) algumas dessas impressões se registram da seguinte forma:

Existem muitos olhares em torno da paisagem. E diante de qualquer uma delas, diante do olhar que lançamos à multidão ou a um certo nada que, por sua vez, pode ser somente uma palavra – através dos nossos olhos perdidos, das imagens encontradas, podemos construir qualquer paisagem. Ela se refaz a cada novo olhar, os ângulos de visão não se repetem, os reflexos, a paisagem vazia, a casa, os espelhos. Um homem se vira. O outro talvez tenha fechado os olhos. O que podemos saber de um homem quando não vemos o seu rosto? O que saber dos seus olhos, da expressão? Talvez, sim, estivesse de olhos fechados e então nada veria. Nem a paisagem, nem o próprio corpo. Talvez só existisse, ali, a linguagem, seu discurso sozinho, as palavras feitas pedras, palavras soltas da sua boca muda, do seu olhar cego. O outro homem, diante dos espelhos e da multidão, usa óculos. Ele vê. Ele busca a imagem. Ele se vira, olha para frente, para trás, mantém seu corpo diante da imagem, também é imagem. Ele faz parte da multidão

que olha. O outro, de olhos fechados, está em lugar nenhum. (SANTOS, 2006, p.86)

Figura 5: Le paysage isolé – René Magritte, 1928.



Fonte: SANTOS, Carolina. A Ordem Secreta das Coisas, 2006.

Merleu-Ponty (2000) nos incita a refletir sobre essa representação quando fala da *visão indeterminada*, a *visão de não sei o quê*, quando passamos do limite, ou seja, aquilo que está atrás de nós não deixa de ter presença visual. Assim, temos a *paisagem projetada* que se processa a partir de mediações entre o sujeito e o espaço, inserindo nela as possibilidades de interpretação. A percepção e a interpretação da paisagem sob estas perspectivas, indicam as diferentes realidades socioculturais que daí podem derivar. Ao levar em consideração a perspectiva sociocultural, destacam-se diferentes práticas, normas interiorizadas em cada grupo social, o que indica seu modo de ser e de vida e assim, suas relações e leituras de mundo. Acima de tudo, deve-se reconhecer que a paisagem é criada pelo observador e ela depende do ponto de vista que ele escolheu e do enquadramento que ele lhe dá. Nossos olhos são a “*janela da alma*” para perceber este enquadramento. Segundo Besse,

Fomos conduzidos à conclusão de que o meio mais seguro de obter o pleno gozo de uma paisagem não é o de sempre se deixar absorver numa contemplação beata e um tanto inconsciente. Pode mesmo haver algum

proveito em virar as costas por um instante ao espetáculo que encanta os olhos, e se deter em quebrar algumas pedras, para escândalos das boas almas as quais qualquer tentativa de análise de uma impressão estética assusta como se fosse um sacrilégio. (BESSE, 2006, p.63)

A paisagem, percebida e compreendida, representa o olhar que cada sujeito vê o mundo (objetiva e subjetivamente). A interpretação da paisagem pode nos conduzir ao centro de uma arena intelectual interdisciplinar onde intelectuais estão debatendo temas tão importantes como a natureza da objetificação, da representação, da consciência, da ideologia e da relação entre esses aspectos de um sistema cultural. Essas questões são centrais para uma compreensão geográfica da produção e do uso da paisagem e de seu papel como componente constitutivo dos processos sociais. Conforme Merleu-Ponty,

Buscar a essência do mundo não é buscar aquilo que ele é em ideia, uma vez que tenhamos reduzido o tema de discurso. É buscar aquilo que de fato ele é para nós antes de qualquer tematização. [...] O mundo não é aquilo que penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto para o mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável. Há um mundo, ou antes, há o mundo” (MERLEU-PONTY, 1992, p. 13-14)

Se o mundo é aquilo que percebo, pode-se dizer que a Geografia representa um campo da hermenêutica, pois na medida em que ela indaga sobre as diferentes escrituras e linguagens deste mundo, é possível um retorno reflexivo sobre o nosso papel no espaço, ou seja, nossa relação com o mundo. Por isso, a leitura e interpretação da paisagem, enquanto um conceito geográfico, é um desafio epistemológico, pois se ela é um saber geográfico, o método de representação e de interpretação.

Entre o lugar e o além-lugar

Na paisagem, nos deslocamos de um lugar para outro. É difícil se situar na própria paisagem, ou seja, posicionar-se em um conjunto. Conforme Tuan, “eu estou sempre **aqui**, e o que está aqui eu denomino **este**. Ao contrário do aqui onde eu estou, você está **lá** e ele está **acolá**. O que está lá ou acolá eu denomino de **aquele**”. (1983:53, grifo nosso). O que Tuan coloca em relação

ao conceito de lugar é importante para a compreensão da paisagem. Os pronomes utilizados por ele indicam distâncias relativas a partir do eu. O reconhecimento e os valores espaciais possuem relação direta com a existência humana e o significado do corpo. A linguagem revela a conexão entre o sujeito, o espaço e o tempo, tornando-se um referencial importante na compreensão da paisagem, pois é necessário apreender sua *espaciosidade* para ter o poder de se situar nela. Para Tuan (1983), esta espaciosidade está relacionada a uma sensação de estar livre e que, para obter esta liberdade, é necessário ter o direito de locomover-se, pois somente assim o espaço será experienciado. Conforme Tuan,

A habilidade espacial se transforma em conhecimento quando podem ser intuídos os movimentos e as mudanças de localização. Andar é uma habilidade, mas se eu puder me ver andando e se eu puder conservar esta imagem em minha mente que me permite analisar como me movo e que caminho estou seguindo, então eu também tenho conhecimento. Este conhecimento pode ser transferido para outra pessoa através de uma instrução explícita em palavras, em diagramas e em geral mostrando como o movimento complexo consiste em partes que podem ser analisadas ou imitadas. (TUAN, 1983, p. 77)

A habilidade espacial difere de conhecimento espacial. Ter o conhecimento espacial significa que, ao me locomover por um determinado espaço, também consigo me orientar nele, assim como repassar esta informação para outra pessoa. Este referencial torna-se importante para que se possa apreender a consciência geográfica da paisagem ao realizar um determinado percurso ou ao desconhecer outros espaços. O termo consciência geográfica é uma expressão de Dardel e representa qualidades, intensidades, polaridades que constituem espacialidades elementares

As pessoas de determinados lugares conhecem bem a sua dimensão espacial relativa ao mundo das experiências, porém, além de seu centro relativo (lugar), talvez desconheçam este espaço. Este prolongamento espacial é impreciso, muitas vezes, mas é povoado por um imaginário (uma visão de realidade carregada de símbolos). Os fenômenos geográficos exigem contexto e significado para sua apreensão, o que torna difícil estabelecer o

reconhecimento do *eu* na paisagem. Quando olhamos para um espaço qualquer, organizamos seus elementos visuais numa determinada estrutura. Em qualquer cenário agrupamos e arranjamos seus elementos, seguindo uma linha no horizonte. Conforme Tuan,

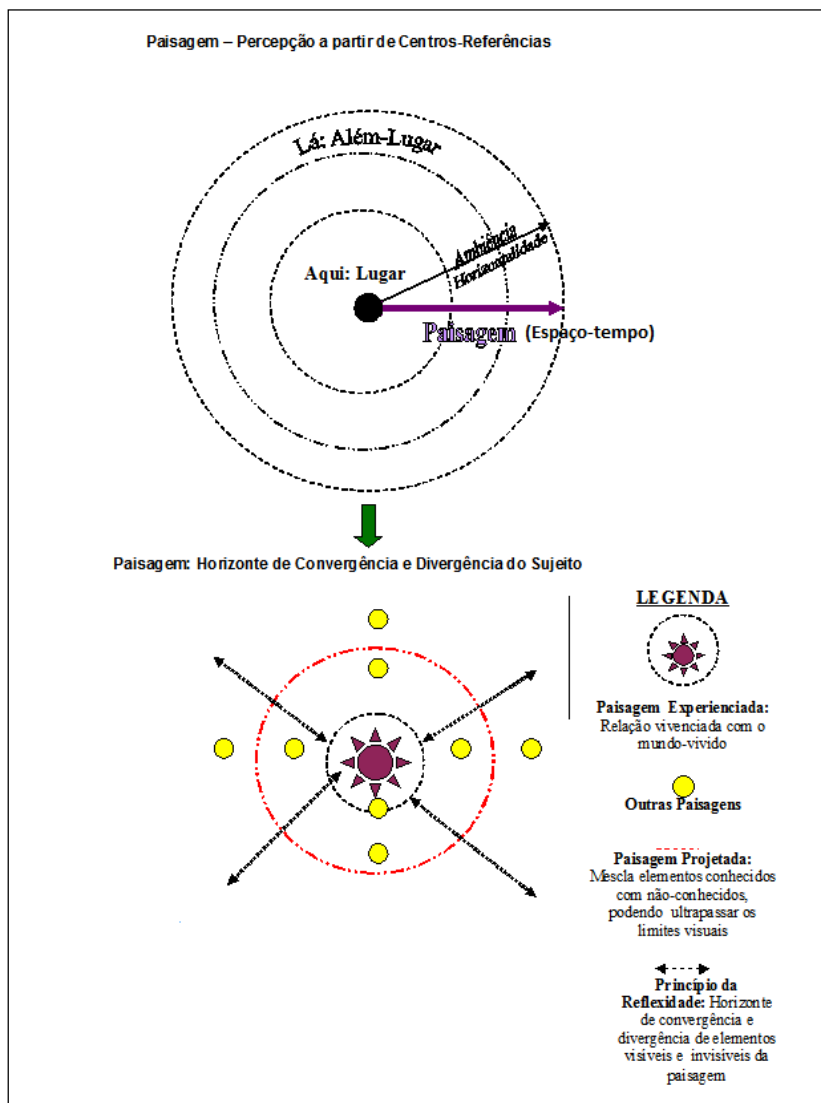
Toda pintura ou fotografia de paisagem em perspectiva nos ensina a ver o tempo flutuando através do espaço. A cena distante não necessita provocar a ideia de tempo futuro; a cena pode ser um olhar retrospectivo e o caminho evanescente a trilha que percorremos. Tanto o passado como o futuro podem ser evocados pela cena distante (TUAN, 1983, p.138).

O espaço carrega um conjunto de elementos densamente entrelaçados e a interpretação geográfica abre-se para especificações complexas. Assim, a paisagem não pode ser compreendida como um círculo fechado. A espacialidade da paisagem abre o olhar numa perspectiva do além-lugar, portanto não se encerra nele. O aqui (o lugar) é o centro de significações imediatas que coexistem com um espaço mais aberto, além do campo visual, mas intimamente ligado a um conjunto de experiências que podem ser chamadas de um prolongamento da ambiência. O conceito de ambiência, proposto por Nelson Rego (2000), nos auxilia na compreensão de um movimento que pode ser entendido como a situação onde se localizam os sujeitos e que a partir de um centro relativo há uma comunicação com o mundo em forma de redes, onde o espaço condiciona e é condicionado pelos sujeitos. Esse prolongamento nos referencia percepções e representações da paisagem. Contudo, essa relação só ganha sentido porque é dotada de significações pautadas no mundo vivido – o aqui (o lugar) e o além -lugar que configura a expressão espaço-tempo da paisagem. A paisagem no/do espaço não é um palimpsesto de estruturas concretas, mas representa, acima de tudo, sobreposições singulares e complexas e, por isso, suas perspectivas culturais não podem ser relegadas a um quadro objetivo e funcional. A paisagem, compreendida como expressão do lugar e além-lugar, não é um conceito fechado em si, pois é um movimento espacial entre o aqui e o lá. É a partir deste em que o *eu* se situa em suas relações socioculturais e políticas com o passado, o presente e o futuro e que reúne

fenômenos percebíveis e aspectos subjetivos cuja significação são variáveis e inseparáveis do observador.

A figura 6 demonstra essa relação conceitual da paisagem associada a um movimento espacial onde é possível situar-se nela visualmente, porém não em um círculo fechado, mas numa relação de horizontalidade e ambiência (espaço de vida condicionante e condicionado) aberta porque desloca-se de um lugar para outro dentro dele. Na escala do sujeito onde sua corporeidade se manifesta, a paisagem é percebida através do princípio de reflexidade – convergência e divergência dos elementos visíveis e invisíveis do espaço.

Figura 6: Representação Conceitual da Percepção da Paisagem



Fonte: Organizado pela autora.

Os enunciados podem ser construídos de diversas formas como: 1) singularidade: associada à identidade, à predominância de determinado elemento associado à intensidade ou ao interesse resultante na leitura do todo como uma característica principal associada a um conjunto e ao reconhecimento do seu próprio limite; 2) lugar: como os sujeitos e os objetos se situam espacialmente na paisagem e diante dela; 3) conexão: visibilidade da relação entre sujeitos e objetos com o espaço; 4) alcance visual: qualificação da paisagem conforme o âmbito da visão/experiência, tanto concreta quanto simbolicamente. Inclui vistas e panoramas, objetos de articulação que caracterizam o espaço, assim como distanciamento e proximidade com objetos mais distantes do campo visual e os indicadores que tratam de elementos invisíveis, mas tomados pela percepção cultural ou política no espaço; 5) movimento: percepção da paisagem e sua diferenciação espacial através dos sentidos visuais e cinestésicos no deslocamento na paisagem e entre paisagens; 6) significados: identificação de sujeitos e objetos através de características concretas e simbólicas percebidas no espaço e que se revelam na forma de identidade.

Considerações finais

Estes enunciados podem indicar estratégias para compreender a paisagem na perspectiva de quem observa, no sentido de provocar uma dialogicidade com o mundo vivido e, ao mesmo tempo, compreender dinâmicas espaciais a partir da relação entre o sujeito, o lugar e o além-lugar e seus espaços de interligação. Este conjunto de estratégias permite compreender o contexto da paisagem através da dimensão objetiva/subjetiva, evidenciando diferentes representações do espaço em que vivemos. Reconhecendo a complexidade espacial, pode-se compreender a intensidade de suas transformações. A paisagem, assim como um texto, se revela em um sistema de signos na qual outros sistemas (político, econômico, social e cultural) são transmitidos, reproduzidos, experimentados e explorados. A paisagem passa a ser percebida e interpretada através destes movimentos, onde a sua

contemplação envolve um jogo de olhares e reflexos de espelhos. A paisagem não é somente o espaço objetificado, mas representa, também, o sujeito contemplado e contemplador. Quando contempla-se no todo o espaço situado fora e diante, os horizontes vivenciáveis não coincidem, necessariamente, mas se revelam a partir do que denomino de autopercepção e alterpercepção, ou seja, a paisagem expressa a partir do lugar e além-lugar.

A autopercepção compreende como o sujeito se vê e se percebe no espaço e suas representações da paisagem numa relação mais cotidiana e proximal. É importante destacar que na autopercepção, o olhar e a percepção deparam-se com dois mundos que se refletem no campo de uma imagem: uma externa e outra interna. A alterpercepção permite compreender como o sujeito percebe os outros espaços. Nesta, a paisagem, em qualquer situação ou relação de proximidade em que outro espaço e sujeito são contemplados, será vista e percebida na sua posição fora e diante, o que significa dizer, que a corporeidade do sujeito é inacessível ao seu próprio olhar e o mundo no seu entorno, com uma série de objetos e ações que são acessíveis, porém inacessíveis ao outro.

A instância simbólica revela-se na perspectiva de um desejo de paisagem idealizada ou com a sua negação, ou seja, no estranhamento em relação aos outros. As imagens que se apresentam abrem, na perspectiva da percepção, um caminho dialógico: a possibilidade de discutir essas representações e assim pensar em idealizações. Estas reúnem a representação de um mundo vivido e qualificam a paisagem transformando-a em um espaço significativo de possibilidades transformadoras. Assim, o lugar e o além-lugar conferem, por meios concretos e simbólicos, os aspectos significativos do conteúdo da paisagem por inclusão e/ou exclusão de elementos que tem uma atuação e um limite visual. O reconhecer-se na paisagem está associada a uma dimensão do mundo-vivido, na (re)produção de práticas, estéticas e sujeitos sociais, desvelando o sentido de pertencimento e de alteridade.

Referências

- ALIATA, Fernando e SILVESTRI, Graciela. **El Paisage em el arte y las ciências humanas**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.
- ALMEIDA, Custódio Luís Silva de. **Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre paisagem e geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.
- CARVALHO, I. C. de M. et al. Paisagens da compreensão: contribuições da hermenêutica e da fenomenologia para uma epistemologia da educação ambiental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 99-115, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15 de novembro de 2009.
- DARDEL, Eric. **L'homme et la terre: nute de la réalité géographique**. Paris: Presse Universitaires de France, 1952.
- GADAMER, Hans-George. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- HUSSERL, Edmund. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MALAFARINA, Gianfranco. **La galerie des cartes géographiques du Vatican**. Editore Franco Cosimo Panini, Vaticano, 2006.
- MERLEU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- MORIN, Edgar. **O método 4. As idéias: Habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- REGO, Nelson. et alii. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____, Nelson. SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. Ensino de geografia: uma interpretação hermenêutica. In: REGO, Nelson. AIGNER, Carlos, PIRES, Cláudia. LINDAU, Heloísa. **Um pouco do mundo cabe nas mãos**:

geografizando em educação – o local e o global. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papirus, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, C. **A ordem secreta das coisas.** 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Artes da Escola de Belas Artes) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SEVERINO, Antonio J. **Filosofia.** São Paulo: Cortez, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar.** São Paulo: Difel, 1983.

Data de submissão: 01/02/2017. Data de aceite: 26/06/2017.